Página PT 13

Nº 116 JANEIRO/2013

UM JORNAL A SERVIÇO DO PT DEMOCRÁTICO, SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIO

2013

O alvo deles: Dilma, Lula e o PT

páginas 3 e 4

Convocado o 5º Congresso do PT

página 8

14º Coneb da UNE

ENCARTE

Um partido também para os anos ímpares

Noutro momento, já dissemos que não queremos ser aquele Partido com um grande passado pela frente; neste, queremos dizer que o PT não pode se limitar a ser um partido de anos pares.

Há vida, há luta de classes, também nos anos ímpares. E 2013 será um destes anos, como se pode ler em detalhes nos textos de Wladimir Pomar e Iriny Lopes, bem como na resolução da executiva nacional da CUT e na convocatória do Quinto Congresso do PT.

Muitas serão os desafios que enfrentaremos em 2013 e, a depender de como o PT se comporte, chegaremos mais fortes à batalha que os antigos chamariam de "centro da tática": a eleição presidencial de 2014.

O centro da tática deve vincular-se à estratégia: não nos basta ganhar as eleições 2014, sendo necessário ganhar de forma que nos permita, mais que administrar, reformar estruturalmente o país. Não conseguiremos isso se o Partido não sair da letargia-de-anos-pares em que se encontra atualmente.

Não é a primeira, nem será a última vez que falamos disto: o PT precisa retomar as reflexões e a prática que o levaram a formular um programa democrático e popular, articulado com a luta pelo socialismo. E lembrar por qual motivo chama-se "partido dos trabalhadores", não "trabalhista", nem "da classe média".

A isto nos dedicamos desde 1993 e seguiremos nos dedicando, nos debates da eleição das novas direções partidárias. Onde precisaremos enfrentar, simultânea e articuladamente, a direita externa e os adversários internos.

Sobre a primeira, os textos desta edição falam bastante: o grande capital, a grande mídia e os partidos da oposição neoliberal, tríade que possui aliados dentro do governo e até mesmo dentro do PT.

Quanto aos adversários internos, vamos tratar diferenciadamente os social-liberais, os desenvolvimentistas, os social-democratas e os simplesmente oportunistas.

Contra os três primeiros grupos, travaremos um debate programático. Contra o oportunismo, uma batalha pela sobrevivência do Partido enquanto tal.

A partir de 2003, o PT viveu em escala nacional algo que já era visível em estados e municípios em que ganhamos eleições: a filiação de arrivistas, de políticos tradicionais, de filiados clientelares. Ao mesmo tempo, a nossa presença no governo nacional fez crescer o número de filiados envolvidos em casos de mandonismo burocrático, tráfico de influência e corrupção. Finalmente, há que se falar da relação com o grande empresariado, com o objetivo de financiar as campanhas eleitorais e até mesmo a atividade cotidiana do Partido; a relação com os partidos de direita, na busca de apoios para eleger e governar; e a relação com a grande mídia, na busca de um afago, de uma nota favorável, de um espaço-migalha.

Todas as variáveis citadas no parágrafo anterior compõem o caldo de cultura no qual se alimenta e cresce o oportunismo que ameaça a sobrevivência do Partido. Não há como retomar a estratégia e o programa democrático-popular e socialista, sem ao mesmo tempo enfrentar e eliminar as causas do oportunismo. Trata-se, como sabemos, de uma operação complexa, que envolve reformas internas e externas ao Partido.

Mas não há que esperar a reforma política, para adotar medidas que libertem as atividades cotidianas do partido da dependência frente a recursos empresariais. Não há que esperar a democratização da mídia, para criar meios de comunicação de massa controlados pelo Partido. Não há que esperar o controle social da justiça, para detectar e punir internamente quem use o PT para praticar atos de corrupção. Não há que esperar que restaure-se a moralidade: no PT ninguém deve nem pode locupletar-se.

Em 2005 defendemos comissão de ética para os envolvidos na crise de então. Mas apenas Delúbio foi julgado e punido: votamos pela expulsão e contra a posterior reintegração. Não se pode expor impunemente o Partido aos ataques da direita; a impunidade interna estimula oportunismos e malfeitos. Não podemos deixar prosperar a idéia de que todo mundo é "farinha do mesmo saco".

A mesma certeza nos leva, hoje, a não confundir a denúncia do julgamento ilegal promovido pelo STF, das penas absurdas imputadas a alguns arrolados na Ação Penal 470, e mesmo a solidariedade pessoal com militantes probos, com a mais dura crítica contra todos os que deram intimidade a este criminoso chamado Marcos Valério.

Aliás, a ausência de autocrítica por parte de alguns dos envolvidos, combinada com a tentativa de fazer da defesa dos condenados o centro da tática partidária, nos fizeram manter distância de certos atos convocados durante o ano de 2012.

Uma parcela importante do povo brasileiro confia no PT. Confia sem fanatismos, sem ilusões, sem messianismos. Esta confiança se baseia na experiência de que o PT defende os interesses da classe trabalhadora. Reconhecer os erros e as insuficiências do Partido não enfraquecerá estes laços. Os fortalecerá. E, feitas as contas, o que mais importa é o PT, não este ou aquele dirigente, por mais importante que ele seja.

Em 2013 e sempre, cada um de nós deve sustentar o bordão: o PT é meu partido, mexeu com ele, mexeu comigo. ★

Os editores

EXPEDIENTE

Página 13 é um jornal publicado sob responsabilidade da direção nacional da Articulação de Esquerda, tendência interna do Partido dos Trabalhadores. Circulação interna ao PT. Matérias assinadas não refletem, necessariamente, a posição da tendência.

Direção Nacional da AE: Adilson Nascimento dos Santos (MS), Adriana Miranda (DF), Adriano Oliveira (RS), Aila Marques (CE), Ana Afonso (RS), Ana Lúcia (SE), Ana Rita (ES), Beto Aguiar (RS), Bruno Elias (DF), Carita Rosa das Chagas (PA), Damarci Olivi (MS), Daniela Matos (MG), Denize Silva de Oliveira (MS), Denise Cerqueira Vieira (TO), Dionilso Marcon (RS), Edma Walker (SP), Eduardo Loureiro (GO), Emílio Font (ES), Expedito Solaney (PE), Fabiana Malheiros (ES), Fabiana Rocha (ES), Iole Iliada (SP), Iriny Lopes (ES), Isaias Dias (SP), Jandyra Uehara (SP), Janeth Anne de Almeida (SC), Joel Almeida (SE), Jonatas Moreth (DF), José Gilderlei (RN), Laudicéia Schuaba (ES), Leyse Souza Cruz (ES), Lício Lobo (SP), Lúcia [Maria Barroso Vieira] (SE), Marcel Frison (RS), Marcelo Mascarenha (PI), Marco Aurélio Moreira (MG), Mario Candido (PR), Múcio Magalhães (PE), Olavo Carneiro (RJ), Pere Petit (PA), Rafael Tomyama (CE), Raquel Esteves (PE), Rosana Ramos (DF), Rafael Pops (DF), Regiane Cerminaro (SP), Rubens Alves (MS), Sílvia de Lemos Vasques (RS), Sonia Hypólito (DF), Teresinha Fernandes (MA), Ubiratan Félix (BA), Valter Pomar (SP). **Comissão de ética nacional:** Eleandra Raquel Koch (RS), Rodrigo César (SP) e Wagner Lino (SP).

Edição: Valter Pomar **Diagramação**: Cláudio Gonzalez (Mtb 28961)
Secr. Gráfica e Assinaturas: Edma Walker edmawalker@gmail.com End. para correspondência: R. Silveira Martins, 147 conj. 11, São Paulo (SP), CEP 01019-000.

Turbulências à vista

*Wladimir Pomar**

As perspectivas para 2013, qualquer que seja o ângulo de que se olhe, não são as mais desejáveis. Em âmbito internacional, nada indica que amainará a crise que assola os Estados Unidos e os países da Europa, tanto os centrais, como Alemanha, França e Inglaterra, quanto os periféricos, como Grécia, Espanha, Portugal, Itália e demais. Talvez ainda custe muito antes que os países capitalistas desenvolvidos parem de tentar descarregar os custos da crise sobre os salários e o bem-estar de suas populações, e sobre os países do resto do mundo. Mesmo porque a globalização capitalista, ao invés de resolver os problemas decorrentes da enorme concentração e centralização do capital, da imensa elevação da produtividade, e da decorrente tendência de queda da taxa de lucratividade do capital, só fez agravá-los, ao desindustrializar países centrais, industrializar países periféricos e acirrar a concorrência entre eles.

Nessas condições, apesar ou por causa de seu declínio relativo, os Estados Unidos devem continuar procurando reaver sua posição de hegemonia através de aliados que representam o que há de mais conservador e reacionário no mundo atual, como as monarquias árabes e o governo de Israel. O que pode lhe render alguns sucessos, como parece ter sido o caso da Líbia, ou pode ser o caso da Síria, mas pode agravar suas contradições com muitos outros países do mundo, e inclusive com algumas outras potências capitalistas. A proclamada decisão de tomar a Ásia como principal foco estratégico, o que na geopolítica norte-americana pode incluir o Irã, intensifica os perigos de uma guerra de grandes proporções. É difícil supor se, nessas condições, os Estados Unidos poderão dar à América Latina a atenção que gostariam de dar, embora seus aliados locais estejam cada vez mais agindo no sentido de reverter as derrotas sofridas diante da ascensão de forças de esquerda.

A derrubada supostamente legal de governos dirigidos pela esquerda pode ganhar conotações diversas, variando de país de país, e se tornar o padrão da contraofensiva tentada por oligarquias latifundiárias e burguesias de diversos países latino-americanos. Essa situação pode se agravar se as forças de esquerda não conseguirem encontrar formas concretas e viáveis de desenvolvimento econômico e social, conquistando os trabalhadores das cidades e dos campos, assim como a maior parte das classes médias urbanas, dividindo as oligarquias e as burguesias, e isolando os setores aliados do capital corporativo norte-americano. Como sempre, a questão prática consiste em dar base econômica e social a essas ações de estratégia política.

O Brasil talvez se transforme, em 2013, no epicentro dessa disputa. Muitos indicadores apontam para uma situação em que a grande burguesia já não suporta um governo dirigido pelo PT. Apesar de suavemente, e após um prolongado período defensivo, o governo Dilma começou a baixar juros e a ferir a lucratividade do sistema financeiro. O governo também está pressionando a maior parte da burguesia a investir no sistema produtivo, o que, para uma parcela considerável dela é o mesmo que colocar em risco o capital que está acostumada a ganhar no mercado financeiro e nos aluguéis indexados. E o governo também dá indícios de que, diante das resistências à elevação da taxa de investimentos, estaria disposto a intervir de forma mais ativa na economia, de modo a obter um crescimento do PIB que proporcione um desenvolvimento sustentado.

Tão grave quanto isso, aos olhos da grande burguesia, é a teimosia do governo em realizar uma distribuição de renda menos extremamente desigual, e em aumentar a participação e o controle democrático das camadas populares nos três poderes, nas comunicações e na economia. Está sonhando quem pensa que a burocracia estatal desses poderes, desde muito atrelada ao domínio e aos métodos da burguesia, aceitou democraticamente as políticas dos governos Lula e Dilma, de garantir o acesso às informações e a luta contra a corrupção, mesmo que cortando na própria carne, e as tentativas de realização de uma reforma política que pelo menos rompa com a privatização da política. Desde antes da vitória da presidenta Dilma estava em curso um processo que tinha como alvo associar o PT e Lula à corrupção. Aquela vitória demonstrou que, pela luta política normal, não era possível atingir tal alvo.

A partir de então, a estratégia da direita sofreu uma inflexão paulatina, com duas vertentes principais. Por um lado, através do adesismo de forças de direita ao governo, de modo a impedir uma maior unificação dos setores de esquerda, e minar a direção do PT nos assuntos governamentais. Por outro, aproveitando a defensiva do PT em travar uma luta sem trégua contra o uso de recursos privados nas campanhas eleitorais, o chamado caixa dois, transformou tal prática em crimes de compra de votos parlamentares, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e outros delitos penais e colocou o STF no comando da operação.

O supremo tribunal do país já vinha assumindo progressivamente o papel de legislador, frente a um congresso pouco transparente e sob tiroteio desmoralizante do partido da mídia. Estava, pois, em condições de assumir um duplo papel: forjar um novo procedimento legal, sob aparente adesão aos códigos jurídicos, criar uma comoção nacional no julgamento dos chamados "mensaleiros", encurralar o PT, e criar condições para um posterior golpe fatal em Lula.

Como na Idade Média, em que a Inquisição precisou de um Torquemada para enviar inúmeros pensadores e pessoas do povo à fogueira, aqui não faltam imitadores capazes de cumprir missão idêntica. Em tais condições, os cinco meses de julgamento do suposto mensalão representaram apenas a primeira batalha da nova guerra para destruir Lula e o PT através da criminalização judicial da política. Os novos casos envolvendo a chefe do gabinete da Presidência em São Paulo, e a pronta entrega da íntegra do novo depoimento de Marcos Valério ao Estadão, talvez pelos mesmos procuradores que mantiveram na gaveta o caso Cachoeira por "ausência de indícios concretos" apenas apontam para a escalada do processo.

Além disso, o partido da mídia e a oposição conservadora se esmeram numa campanha continuada para demonstrar que Lula e o PT nada têm a ver com a melhoria das condições de vida do povo brasileiro nos últimos anos, para transformar fatos positivos em negativos, e sabotar os programas de crescimento e desenvolvimento. Com um pouco de atenção é possível vislumbrar as inúmeras outras ação articuladas que apontam a operação estratégica para desmoralizar o PT e Lula como questões estratégicas para encerrar a experiência democrática de governos, mesmo de coalizão, dirigidos pela esquerda. ➪

⇨ Nessas condições, há dois cenários políticos possíveis em 2013, ambos dependentes da posição que o PT e Lula assumirem. O primeiro pode ser o de continuidade da "defensiva passiva", que em parte decorre de resistências a assumir publicamente o erro de aceitar acriticamente as regras ambíguas de uso de recursos privados em campanhas eleitorais, regras aceitas e praticadas por todos os partidos, há dezenas de anos, sem que nunca os tribunais tenham se preocupado em coibir tal prática. Essa defensiva passiva, a continuar, pode levar o PT a uma situação muito mais grave do que enfrentou em 2005.

O segundo cenário pode se conformar se o PT e Lula conseguirem transformar a defensiva passiva em uma "defensiva ativa", como base para passar à contraofensiva. Essa transformação depende do reconhecimento público daquele erro e da criação de uma campanha de mobilização popular pelas reformas políticas que deem fim aos financiamentos privados eleitorais, estabeleçam o financiamento e o controle público das campanhas eleitorais, imponham a fidelidade partidária, e restabeleçam uma divisão clara dos poderes da república. Lula e o PT possuem uma vasta experiência de mobilização popular, incluindo as caravanas da cidadania, e outras ações de diálogo e debate com as grandes camadas do povo brasileiro. É lógico que, para concretizar essa mobilização e virar o jogo político, o PT terá que retomar o tipo de ação militante que marcou suas participações nas Diretas Já!, nas Campanhas Presidenciais de 1989, 2002 e 2006, e em outras mobilizações sociais.

É evidente que essas mudanças políticas no comportamento petista estão atreladas, em grande medida, ao desempenho do governo, em especial na área econômica. Se o governo Dilma não conseguir resolver as questões chaves da elevação rápida da taxa de investimento, da redução mais intensa da taxa de juros, do uso eficaz da taxa de câmbio como instrumento de competição industrial, do aumento substancial da produção de alimentos pela agricultura familiar, da qualificação das forças humanas sem condições atuais de acesso ao mercado de trabalho, e da elevação da concorrência nos setores monopolizados ou oligopolizados, será mais difícil para o PT e para Lula enfrentarem o atual movimento da direita política.

Vistas as coisas desse modo, 2013 promete ser um ano carregado de turbulências, desafios e emoções. ★

*__Wladimir Pomar__ é filiado ao PT do Rio de Janeiro e integra o grupo de conjuntura da Fundação Perseu Abramo

O partido da mídia e a oposição conservadora se esmeram numa campanha continuada para demonstrar que Lula e o PT nada têm a ver com a melhoria das condições de vida do povo brasileiro nos últimos anos, para transformar fatos positivos em negativos, e sabotar os programas de crescimento e desenvolvimento

NACIONAL

Alta cozinha

Desde o início, mídia trabalhou por "pizza" na CPI do Cachoeira

Dr. Rosinha*

"A CPI vai terminar em pizza." Assim vaticinavam as empresas privadas de comunicação (Globo, Veja, Estadão, Folha, etc.) desde o início dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI, ou CPI na sigla consagrada) que investigou as relações criminosas do bicheiro Carlos Cachoeira com agentes públicos e privados. Melhor dizendo: assim pregavam, torciam e assim acabaram por construir esse final. Agiram desta maneira porque, como toda empresa privada, elas têm seus interesses, que não são muito diferentes dos interesses das empresas de transporte, medicamentos, etc. Ou seja: financeiros, econômicos, políticos, comerciais, etc. E para defender esses interesses é que a CPI tinha que terminar em pizza. Pensaram: e se sobrar para nós também? Pois bem, é na defesa de seus interesses que essas empresas manipulam a informação.

A CPMI foi constituída para investigar as práticas criminosas do senhor Carlos Augusto Ramos, conhecido vulgarmente como Carlinhos Cachoeira. O trabalho durou oito meses e teve como base as investigações da Polícia Federal nas denominadas operações Vegas e Monte Carlo. E, ao contrário do que afirmam alguns parlamentares, as paralisações do período eleitoral não prejudicaram as investigações, já que a maior parte dos trabalhos se deu pela análise de documentos e não de depoimentos. A análise dos documentos permitiu conhecer o modus operandi da organização criminosa, sua relação com agentes públicos, políticos e fontes de financiamento. Identificou também profissionais ligados aos meios de comunicação que de alguma forma aderiram à organização ou colaboraram com Carlos Cachoeira.

Como membro da CPMI posso afirmar que o relatório apresentado pelo deputado Odair Cunha (PT-MG) não protegia ninguém, tampouco jogava sombra sobre personagens que deveriam continuar a ser investigados ou mesmo indiciados, como o governador Marconi Perillo (PSDB-GO) e vários jornalistas. Ou seja, era o resultado que a mídia não queria, pois apontava para um partido queridinho, o PSDB, e levantava suspeitas sobre o envolvimento da imprensa "imparcial" com o crime organizado.

Como afirma o relator, as "Operações Vegas, entre os anos de 2008 e 2009, e Monte Carlo, entre os anos de 2010 e 2012, evidenciaram um espectro de ilicitudes do Senhor Carlos Cachoeira, e seu envolvimento com o Poder Público do Estado de Goiás, estendendo-se ao Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como a membros do Ministério Público". "Os indícios também apontavam para uma rede de espionagem política e econômica, na qual a organização criminosa se baseava em comprar informações sigilosas muitas vezes por meio de interceptações telefônicas clandestinas."

Com o cruzamento dos dados obtidos, a CPMI desvendou os esquemas da organiza-

A pizza servida à Cachoeira, aos seus comparsas e à mídia foi ao forno tendo com chefes da cozinha o PSDB, comandado pelo "ferrenho combatente" da corrupção, senador Álvaro Dias, e o PMDB.

ção criminosa de Carlinhos Cachoeira. Estabeleceu as relações financeiras entre pessoas físicas e jurídicas e mostrou a aquisição de patrimônio a partir da atividade criminosa. Demonstrou também como "integrantes da organização se infiltraram no Estado de Goiás e como utilizaram agentes púbicos em benefício próprio ou de seus negócios ilícitos".

Sei que é estafante para um simples artigo, mas é preciso se debruçar sobre números para demonstrar o alcance das análises dos documentos e o quão era (ou é?) atuante a organização criminosa. Foram quebrados os sigilos bancários de 75 empresas e pessoas físicas, totalizando uma movimentação de R$ 84.351.961.822,13 entre 2002 e 2012, sendo R$ 42.053.697.762,31 em créditos e R$ 42.298.264.059,82 em débitos.

Segundo os dados obtidos, "88,70% das transações envolvendo cheques não estão identificadas e as transferências entre contas não identificadas totalizam R$ 632.068.848,01 em créditos e R$ 852.571.649,98 em débitos. Por sua vez, as transferências interbancárias (DOC e TED) não identificadas atingem o montante de R$ 200.862.131,02 em créditos e R$ 1.500.933.694,58 em débitos". Continua: "No universo do sigilo bancário, 24,97% dos créditos constantes (ou R$ 10.500.180.092,48) não estão identificados, assim como 38,66% dos débitos (que representam R$ 16.350.963.569,61). São consideradas não identificadas as transações que não possuem CNPJ ou CPF informados".

O volume de recursos que passou pelas empresas-fantasmas superou R$ 148 milhões num período de pouco mais de quatro anos. "Trata-se de um valor considerável, principalmente quando levamos em consideração que tais empresas não têm qualquer atividade econômica real. Foram criadas apenas e tão somente para ocultar transações financeiras", conclui o relator. Dados esses atualizados até o dia 06 de outubro de 2012.

Caro leitor, cara leitora, desculpem-me, mas são necessários dois comentários: primeiro, o pretenso "mensalão" do PT não chega aos pés do esquema Cachoeira/PSDB-GO; segundo, se o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, tivesse agido durante a Operação Vegas, conforme solicitado pela Polícia Federal, parte desses recursos não teriam sido desviados e provavelmente Marconi Perillo não teria sido eleito governador, tampouco Demóstenes Torres (outro queridinho das empresas privadas de comunicação) eleito senador em 2010.

O relator conclui que a "organização criminosa de Carlos Cachoeira construiu um verdadeiro 'Triângulo de Ferro' em Goiás, com vértices e personagens bem delineados". Neste triângulo "merecem destaque a atuação do próprio Carlos Cachoeira, em um vértice, da empresa Delta Construções S/A Centro-Oeste, em outro, e do senador cassado Demóstenes Torres, em outro. Somam-se a esses vértices agentes públicos e privados envolvidos, com destaque para integrantes dos escalões políticos do governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB)".

Cachoeira também usava o Poder Legislativo brasileiro, nas figuras de deputados federais, estaduais e vereadores. Deles obtinha favores para a organização criminosa e retribuía financiando, com dinheiro oriundo do crime, suas campanhas eleitorais.

A Delta Construções S/A, ramo Centro-Oeste, acabou por se revelar um dos instrumentos de corrupção de agentes públicos e privados. "As quebras de sigilos bancário e fiscal revelaram que essa regional da Delta transferiu vultosa quantidade de recursos financeiros para empresas de fachada controladas por Carlos Cachoeira."

"Cachoeira mantinha ainda uma intricada rede de escutas clandestinas e arapongagem, por meio da qual obtinha informações que eram usadas para chantagear e achacar agentes públicos e privados. Essa rede de espionagem servia ainda para Cachoeira tomar conhecimento das operações policiais de combate a jogos de azar e máquinas caça-níqueis em Goiás e no entorno do Distrito Federal, elo financeiro mais forte do contraventor".

Chamo a atenção para o fato que este serviço de arapongagem estava à disposição do jornalista Policarpo Junior, da revista Veja. Em poder de informações obtidas através de grampos ilegais, portanto criminosos, Policarpo criava matérias para bater nos governos do Lula e Dilma, no PT e em seus militantes.

Cachoeira tinha em suas mãos políticos do porte do ex-senador Demóstenes Torres (um dos mosqueteiros da revista *Veja*) e do governador de Goiás, Marconi Perillo. Tinha trânsito livre em importantes secretarias e autarquias do Estado de Goiás, assim como no gabinete do governador. Tinha em suas mão prefeitos de cidades goianas, vereadores e deputados estaduais e federais, além da Delta Construções S.A., ramo Centro-Oeste, responsável pelo depósito de R$ 98.928.491,10, nas contas de cinco das sete empresas-fantasmas investigadas. Também controlava mais de uma dezena de jornalistas, incluso o mais importante jornalista da revista *Veja*, Policarpo Junior.

Nada me custa fazer duas perguntas: será que Cachoeira tinha essas pessoas nas mãos ou ainda as tem? Segunda: por que em setembro de 2009, quando o inquérito policial da Operação Vegas detectou o envolvimento de parlamentares e outras autoridades com prerrogativa de foro no esquema de exploração de jogos ilegais comandado por Carlos Cachoeira, o Dr. Roberto Gurgel, procurador-geral da República, não ofereceu a denúncia para iniciar a ação penal? Por que, como se diz vulgarmente, "sentou" em cima?

Creio que é possível concluir o porquê, desde o início, as empresas de comunicação trabalharam para que a CPMI terminasse em pizza: porque por todos os meios ela chegava aos seus queridinhos ou a alguns dos seus jornalistas.

A pizza foi ao forno tendo com chefes da cozinha o PSDB, comandado pelo "ferrenho combatente" da corrupção, senador Álvaro Dias, e o PMDB. ★

***Dr. Rosinha,** médico pediatra, é deputado federal (PT-PR) e vice-presidente brasileiro do Parlamento do Mercosul

Drogas: um debate necessário

Alex Monaiar e Pedro Sérgio da Silveira***

Algumas drogas leves, como a maconha, são proibidas não por estudos sérios que demonstrassem seus malefícios, mas sim por motivos políticos, econômicos e sociais

Hoje, há várias drogas potencialmente nocivas lícitas (álcool, tabaco, fármacos) e outras ilícitas, cada qual auferindo lucros enormes às suas cadeias de produção e comércio. As lícitas através de um mercado legal e regulamentado, as ilícitas através de um mercado ilegal e violento. Porém, a nocividade da droga não pode ser utilizada para explicar sua licitude na maioria dos países, apontou estudo do periódico médico britânico The Lancet, que classificou as principais drogas segundo seus danos.

Drogas lícitas como tabaco (9º) e álcool (5º) ficaram à frente de drogas ilícitas como maconha (11º) e ecstasy (18º). Isso não quer dizer que álcool e tabaco devam ser proibidos, mas melhor regulamentados, como já o são: produção do álcool deve seguir padrão de qualidade e propagandas de cigarro na televisão são proibidas. A nocividade da droga deve ser utilizada para embasar uma política de drogas em que a regulamentação da droga vise o fortalecimento de políticas promotoras de saúde, que reduzam os potenciais danos do uso abusivo ou problemático das drogas.

Neste sentido, algumas drogas leves, como a maconha, são proibidas não por estudos sérios que demonstrassem seus malefícios, mas sim por motivos políticos, econômicos e sociais. Logo, a definição sobre o que é legal ou ilegal é mais política e econômica do que orientada por critérios de saúde pública.

Atualmente, o foco central do combate às drogas está nos pequenos traficantes, superlotando as prisões. É preciso inverter a lógica de que o problema das drogas se resolve com aumento da repressão, que na prática vem se demonstrando cara, injusta e ineficiente. Enquanto perdurarem as políticas proibicionistas, o narcotráfico, a criminalização e a repressão continuarão fazendo suas vítimas, que no Brasil, na esmagadora maioria dos casos, têm cor, idade e classe social: a juventude negra da periferia.

No Brasil, a atual Lei de Drogas (11.343/2006) até separa usuário de traficante, porém não define a quantidade que os diferencia, jogando para os juízes, a partir de seus valores, da situação da apreensão e das condições da pessoa, a decisão de definir se traficante ou usuário. Segundo Pedro Abramovay, ex-Secretário Nacional de Justiça, “no Brasil, a pessoa surpreendida com droga é considerada traficante, se for pobre, e usuária, se for rica”.

Saudamos a iniciativa do governo uruguaio, de promover uma nova política, alicerçada no controle estatal sobre a produção e distribuição da cannabis aos seus usuários, bem como o auto-cultivo individual e coletivo através de cooperativas. Lembramos também que isto só se tornou possível graças à massiva mobilização da juventude para pressionar pela mudança da legislação vigente. ★

***Alex Monaiar** é estudante de psicologia e ****Pedro Sérgio da Silveir**a estudante de história na UFSM.
A versão integral deste artigo está disponível em www.pagina13.org.br

Ainda há muito que fazer

A Executiva Nacional da CUT, reunida em São Paulo nos dias 18 e 19 de dezembro de 2012, aprovou uma resolução política que Página 13 resume a seguir.

Demos passos significativos com a criação dos Macrossetores da Indústria e do Serviço Público, realizamos mobilizações expressivas pela reforma agrária, pela educação e em defesa dos direitos da classe trabalhadora, assim como tivemos participação expressiva nas eleições municipais. Participamos ativamente das mobilizações que garantiram a aprovação da PEC 478/10, que amplia os direitos dos trabalhadores(as) domésticos(as).

No plano internacional, a crise econômica continua tendo o continente europeu como epicentro e diferentes governos vem aplicando a política ditada pela "troika" – FMI, Banco Central europeu e Comissão Europeia.

No plano nacional, a CUT vê com enorme preocupação a comoditização da produção e o processo de desnacionalização da economia, agravado pelo fato de que os centros de decisão das empresas transnacionais continuam localizados nos países centrais do capitalismo. Soma-se a isso, a apropriação de extensas áreas do territórios pelas grandes empresas que usam da violência para expulsar povos indígenas, quilombolas e comunidades rurais, além de fazerem uso predatório dos recursos naturais, poluindo rios e contaminando o meio ambiente.

As forças reacionárias aproveitam-se do baixo índice de crescimento dos últimos dois anos para colocar em questão gastos públicos com políticas sociais, a intervenção do Estado na economia, a expansão do seu papel regulador e da proteção à produção nacional. As entidades empresariais, particularmente a CNI, voltam a reafirmar a necessidade da desregulamentação, do estímulo à livre concorrência e da flexibilização da legislação trabalhista como medidas indispensáveis para baixar custos e aumentar a c ompetitividade das empresas instaladas no Brasil.

A forma como o julgamento da Ação Penal 470 foi transformado em espetáculo midiático deixou claro o propósito de, ao condenar sem provas dois ex-presidentes do PT dentre outros, criar um precedente para aumentar a pressão pela judicialização da política e criminalização dos movimentos sindicais e populares. Apesar da resposta ter vindo nas urnas, são os fundamentos da própria democracia que foram atingidos: a crescente judicialização da política e a politização do judiciário, inclusive com flagrante desrespeito à Constituição, pois o STF invadiu atribuições exclusivas do Congresso, como a decisão de cassação do mandato de parlamentares. Para a CUT tal situação coloca em questão o conjunto das instituições que deveriam ser objeto de uma profunda reforma política fruto da expressão soberana do povo brasileiro.

A CUT exige do governo federal atenção e resposta positiva às demandas da classe trabalhadora. No entanto, nenhuma das reivindicações dos(as) trabalhadores(as) – isenção do imposto de renda da PLR, fim do fator previdenciário, regulação da negociação coletiva no serviço público, entre outras – foi atendida pelo governo. Além disso, o próprio governo desenvolveu, durante a greve dos servidores públicos, práticas antissindicais e tem adotado medidas que colocam em risco os direitos dos trabalhadores.

A CUT reafirma [o] Sistema Democrático de Relações do Trabalho como instrumento fundamental de regulação das relações de trabalho e rejeita "As 101 propostas para modernização das relações de trabalho da CNI" como base para qualquer negociação, pois elas apontam na direção da precarização do trabalho.

A direção executiva da CUT adota as seguintes resoluções:

1. [combater] toda e qualquer iniciativa visando a precarização do trabalho, como a terceirização, a privatização de serviços públicos, a tentativa reiterada de fazer com que o negociado prevaleça sobre a Lei, a concessão de incentivos fiscais que coloquem em risco as bases da previdência pública e solidária;

2. Impulsionar a luta pela democratização da comunicação, pelo fim do monopólio e pela construção de um novo marco regulatório que garantam liberdade de expressão;

3. Manter a luta da CUT luta pela realização de reformas estruturais (política, tributária, agrária, do judiciário , meios de comunicação, entre outras);

4. Fortalecer a organização da CUT, a negociação coletiva, a democratização das políticas públicas, o combate à desigualdade social, e a promoção do desenvolvimento sustentável.

5. Reivindicar do governo a reabertura da discussão sobre o conteúdo da MP 595 / Programa de Investimentos em Logística "Portos".★

Não é o dia da Marmota

*Iriny Lopes**

O artifício de usar os meios de comunicação para plantar supostas informações, bombardear uma manchete à exaustão com a intenção explícita de fazer uma lavagem cerebral no leitor/espectador/ouvinte/internauta, de forma articulada em todos os veículos, é coisa da antiga, diriam os nossos antepassados. Carlos Lacerda fez isso com Getúlio Vargas, com Juscelino Kubitschek e seu vice, João Goulart, sem nunca desbancar seus desafetos, apesar do suicídio de Vargas.

A direita voltou à carga posteriormente com Jango para justificar o golpe militar que se seguiria. Enfim, não é de hoje que a oposição, que não conseguiu derrotar nem Lula e tampouco o PT no voto, tentam alcançar de novo o espaço perdido, como se a história fosse estática e a sociedade um ser inanimado, destituído de vivência e capacidade analítica. A boa notícia é que apesar de parecer, esse não é o Dia da Marmota (pra quem não sabe, ou não se lembra, é o enredo de um filme americano, em que um repórter, escalado mais uma vez para cobrir as festividades do Dia da Marmota numa pequena cidade do estado da Pensilvânia cai em um "feitiço do tempo", e todos os dias seguintes passam a se repetir sempre iguais ao Dia da Marmota).

Enquanto a mídia corporativa ainda está presa no feitiço do tempo, o Brasil muda e vai, cada dia mais, dando menor importância aos fatos por ela noticiados. O julgamento da Ação 470 no STF coincidentemente marcado para antes e durante o período eleitoral, imaginavam os opositores do PT, serviriam para enfraquecer o partido. Não foi o que aconteceu. O PT recebeu 17.264.643 votos para prefeito, que é a maior votação de um partido nas eleições deste ano, conquistou 635 prefeituras nos dois turnos da votação e cresceu 14% em relação ao último pleito e ainda elegeu Fernando Haddad para a maior Prefeitura de São Paulo, que durante anos foi reduto tucano.

O crescimento do partido, mesmo em meio a um bombardeio desleal, faz crescer a ira e o medo dessa oposição, que agora usa um condenado, Marcos Valério, para atacar Lula. O próprio Procurador da República, que não nutre nenhuma simpatia pelo Partido dos Trabalhadores (ao contrário), afirmou que Valério inventa coisas que, quando investigadas não se confirmam. A mídia, só para variar, deu pouca (ou nenhuma) repercussão a essa declaração.

Lula e Dilma seguem em ascensão nas pesquisas, ao contrário da instituição imprensa, que viu sua confiabilidade despencar 10%. Segundo levantamento feito pela própria Folha de São Paulo, a desconfiança da população em relação à mídia tem aumentado. São dados que integram a mesma pesquisa em que Lula e Dilma aparecem como os eleitos à Presidência ainda no primeiro turno (com média de votação de 56%) se a eleição fosse hoje.

Atualmente, de cada cinco brasileiros apenas um declara "confiar muito na imprensa". Mesmo assim, parte dos veículos de comunicação prefere ignorar seus leitores/espectadores/ouvintes/internautas e seguir plantando verdades que se desmaterializam à primeira análise e dar amplitude e aceitar de bom grado e de forma conivente declarações contra o PT vindas de pessoas muito suspeitas, sejam elas Marcos Valério ou Carlinhos Cachoeira.

A boa notícia é que no Brasil hoje não é o Dia da Marmota. ★

Iriny Lopes é deputada federal (PT/ES)

Estudantes petistas, uni-vos!

*Jonatas Moreth**

Vem de longa data a recíproca contribuição entre os estudantes e o PT. Desde as primeiras mobilizações após a temporada de caça até as manifestações atuais estivemos, petistas e estudantes, buscando as mesmas conquistas, lutando pelas mesmas causas, fazendo as mesmas campanhas, gritando o mesmo grito.

O ano de 2012 foi muito movimentado para nós estudantes e petistas. Estivemos envolvidos na vitoriosa e histórica campanha pelos 10% do PIB para Educação, pela garantia de destinação de 100% dos Royalties e 50% do Fundo Social do Pré Sal para Educação; participamos, com mais ou menos intensidade, da maior greve das Universidades Federais nos últimos dez anos; fomos às ruas na luta por uma melhor valorização dos professores, com a defesa do piso salarial; além, é claro, de mesmo com os ataques da mídia e a judicialização da política, termos feito o nosso Partido ser o mais votado nas eleições de 2012.

Em 2013 não será diferente. Iniciaremos o ano com o CONEB – Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE, mais o Encontro de Grêmios da UBES; etapas municipais da Conferência Nacional de Educação; aprovação em definitivo no Congresso Nacional do PNE e da Lei que destina ás verbas dos royalties e Fundo Social do Pré Sal para educação; e a incansável luta travada nas escolas e universidades por uma educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada.

Mas para a Juventude do PT (JPT) isto ainda é pouco, muito pouco. Com essa perspectiva de mobilizar mais, debater mais, lutar mais é que a direção nacional da JPT convocou para abril de 2013 o Encontro Nacional de Estudantes Petistas (ENEPT), que não ocorria desde 2009.

O ENEPT terá três eixos centrais de debate: a) balanço dos dez anos dos governos petistas para educação; b) a educação que queremos; c) uma nova cultura política no movimento estudantil (concepção, organização e atuação).

O Encontro Nacional será precedido por etapas estaduais e debates nas escolas e universidades. Essas etapas, que terão as mesmo diretrizes gerais do encontro nacional, jogarão papel central na consolidação de uma política alternativa para o movimento estudantil e um programa para a educação. Elas devem ser capazes de massificar as discussões e possibilitar a construção de novos espaços do Partido, para que os estudantes petistas sigam em contato e em debate para organizarem-se no movimento. Núcleos da JPT nas escolas e universidades devem ser fundados ou reabertos durante o processo de organização dos encontros.

Durante o CONEB e o Encontro de Grêmios haverá uma grande plenária da JPT, quando será lançado o ENEPT e divulgado o seu texto base. Que venham as divergências e debates, marcas fundamentais de nosso Partido. Temos convicção de que a JPT estará à altura de seu desafio histórico. ★

***Jonatas Moreth** é diretor da UNE e coordenador de Movimentos Sociais da JPT

Sair da armadilha do aliancismo

*Emílio Font**

O debate no PT do Espírito Santo passa hoje por aqueles que defendem uma aliança mais estratégica com o PSB e aqueles que defendem uma aliança estratégica com Paulo Hartung, que foi governador até 2010.

A questão central é que o grupo de Paulo Hartung defende um programa e um projeto para o estado de cunho nitidamente neoliberal, construído por grandes empresas e oligopólios. Durante seu governo (2007-2010), a economia e a arrecadação do estado foram bem, principalmente em função de políticas macro-econômicas do governo federal e de uma conjuntura internacional favorável no segmento de exportação, mas no campo social os resultados foram pífios.

Na educação a qualidade do ensino médio medida pelo IDEB diminuiu, no ensino médio faltam vagas, na educação profissional e superior os avanços ficaram por conta dos investimentos do governo federal federais na abertura e ampliação dos IFES e da UFES.

Na saúde, em especial na atenção especializada, Paulo Hartung legou uma situação de caos que diariamente frequenta os noticiários.

Na segurança pública prosseguiu o massacre, principalmente de jovens, negros e pobres, isso sem falar dos famosos "presídios de lata" que expuseram ao mundo a vergonhosa situação carcerária do Espírito Santo.

É verdade que as condições de vida da população melhoraram neste período, porém são avanços fruto principalmente das políticas de transferência de renda do governo federal e mesmo do cenário macro econômico, que possibilitou o aumento de empregos em todo o país, Espírito Santo inclusive.

O governo Paulo Hartung é provavelmente um dos mais pífios na área social e ao mesmo tempo um dos mais festejados e segundo pesquisas com boas taxas de aprovação. Essa contradição se explica pela combinação de alguns elementos: ausência de oposição, apoio incontestável da mídia, a capacidade de manter aliados sob controle; longe de termos vivido uma fase democrática, o que se viu foi um período de pensamento único onde a maior vitima foi a verdade e o povo.

Já o atual governador, Renato Casagrande, do PSB, com um vice do PT, venceu as eleições de 2010 no primeiro turno com 82,30% dos votos.

Sua vitória nasceu de uma transição negociada sob forte influência do ex-governador Paulo Hartung, que opera de forma a manter forte influência no governo de Casagrande.

Após dois anos de governo, Casagrande saiu das eleições municipais de 2012 como a principal liderança política do Estado, porém enfrenta muitos obstáculos. De perfil mais democrático e com maior sensibilidade às questões sociais, seu governo ainda é marcado por uma lógica de composição e de sustentação política herdada do governo anterior, cuja superação não é uma tarefa simples. Desta forma, se não se trata necessariamente de um governo de continuidade, também não se constituiu em um governo de ruptura; em linhas gerais a fase do atual governo estadual pode ser definida como uma fase transição.

Casagrande incorpora em seu governo praticamente todas as forças políticas do estado, porém lhe falta um elemento que dava centralidade e impunha unidade ao governo Paulo Hartung: um programa.

À época de Paulo Hartung, o programa conservador, ES 2025, centralizava inclusive os segmentos mais progressistas que integravam seu governo, representados pelo PT e PSB. Cabe lembrar ainda que a adoção do programa conservador ES 2025 por parte de Paulo Hartung lhe garantia dois suportes: o apoio do grande capital e da mídia corporativa.

Já o governo Casagrande oscila e acaba sendo de certa forma paralisado, ora pelas contradições entre a ausência de um programa próprio e/ou pela tentativa de acoplamento ao agora chamado ES 2030 (ainda em fase de elaboração), ora pela pura e simples inoperância deliberada dos setores mais conservadores de seu governo.

Se de um lado o governador demonstra vontade política em enfrentar os sérios desafios da área social, por outro na construção de um projeto de desenvolvimento se alia aos setores mais conservadores do estado, para quem "uma política de desenvolvimento tem como essência estimular os investimentos privados".

Trata-se pois de um governo cujo programa está em disputa, entre forças conservadoras e progressistas: apoiar e tensionar a partir da esquerda deve ser nosso objetivo e nossa postura. ★

---

*__Emílio Font__ é da direção nacional da AE e militante do PT em Vitória.
A versão integral deste texto está disponível em www.pagina13.org.br

Para escolher uma nova direção

Na edição de dezembro de 2012, Página 13 publicou a primeira parte da resolução aprovada pela Direção Nacional da AE acerca do PED 2013. Agora editamos a segunda parte da resolução. Ambas estão disponíveis em www.pagina13.org.br

Em 2013 vamos comemorar 10 anos de posse de Lula, 20 anos de fundação da Articulação de Esquerda e 30 anos de criação da Central Única dos Trabalhadores. Também em 2013, teremos o PED e as preliminares das eleições presidenciais de 2014. Em 2013, continuará repercutindo o julgamento, condenação e prisão de Dirceu, Genoíno, João Paulo e Delúbio. Tudo isto num contexto mundial e regional muito tenso, que impactará cada vez nossa ação governamental.

Portanto, 2013 será um ano muito complexo do ponto de vista político, exigindo não apenas inteligência tática e organizativa, mas, sobretudo inteligência estratégica. Ou seja: não se trata apenas de construir planos para vencer as batalhas deste ano e do seguinte. Trata-se, sobretudo, de articular as batalhas do biênio 2013-2014 com nossos planos de médio e longo prazo.

Para isto, será preciso nadar contra a corrente do pragmatismo, do "taticismo", da despolitização, do senso comum.

O Partido dos Trabalhadores transformou-se numa grande força político-eleitoral, sem que tenha conseguido a organicidade, densidade ideológica e a centralidade política necessárias para um crescimento sustentável, ou seja, compatível com a manutenção e reafirmação de nossos objetivos programáticos originais.

Um dos motivos disto é que parte importante dos petistas é recém-filiada ao Partido, não possuindo nem a experiência pessoal, nem a formação política necessárias para ter uma visão de conjunto do processo histórico em que estamos mergulhados. Parte igualmente importante dos dirigentes do Partido aderiu a uma visão "taticista" da política, segundo a qual os meios de acúmulo de força (por exemplo, os processos eleitorais) são convertidos em objetivo final; o programa é convertido em plataforma eleitoral; as alianças estratégicas são travestidas de coligações eleitorais; e o horizonte histórico é determinado pelas próximas eleições, muitas vezes em termos de carreira pessoal, incluindo opções e alianças que prejudicam o próprio PT.

Outro dos motivos é que estamos diante do esgotamento progressivo do caminho es-

tratégico de centro-esquerda, adotado em 1995. Ele teve êxitos, que não podem ser minimizados. Mas exatamente estes êxitos --que, com o perdão do gerundismo, consistem em paulatinamente ir tirando da sala nacional o bode neoliberal-- estão recolocando em cena os dilemas fundamentais que o Brasil tinha antes do neoliberalismo: um modelo de desenvolvimento conservador, que reproduz e aprofunda a desigualdade social, a dependência externa e a falta de democracia.

O governo Lula foi, e o governo Dilma segue sendo, expressão prática de uma aliança de classe entre setores da classe trabalhadora e da burguesia, em favor do desenvolvimento capitalista do Brasil. Um desenvolvimento que nos últimos dez anos transcorreu nos marcos de uma hegemonia capitalista e neoliberal em crise; um desenvolvimento em disputa, entre os que o desejam conservador contra os que o desejam melhorista, reformista, transformador, progressista, democrático-popular, ou até mesmo articulado com nossos objetivos socialistas.
Por isto mesmo, os impasses hoje vividos pelo PT e pelo governo não são apenas conjunturais. Até aqui chegamos, com o Partido e com a estratégia que temos. Para seguir adiante, será necessário algo mais e diferente. O que exige atualizar nossa análise da formação social brasileira.

Um exemplo desta necessidade reside na caracterização dos setores sociais "emergentes": são trabalhadores ou "classe média"? As diferentes respostas correspondem a visões distintas, existentes no PT, acerca da sociedade brasileira. De cada visão resultam desafios diversos: organizar a classe trabalhadora, em torno de suas lutas imediatas e históricas? Ou inserir a dita "classe média" no mercado capitalista?

O PED 2013 precisa debater estes temas de fundo, que começamos a detalhar no texto *PT vai escolher uma nova direção* (www.pagina13.org.br).

Um dos nossos objetivos no PED é, exatamente, ganhar a maioria do Partido para a necessidade de atualizar o programa e a estratégia democrático-popular e socialista, reafirmar o PT como instrumento da classe trabalhadora, um instrumento capaz de realizar a disputa política e cultural contra-hegemônica. Outro objetivo consiste em ampliar nossa presença nas direções partidárias, tendo claro o que significa nosso desempenho na disputa de rumos do PT, no contexto geral da luta pelo socialismo no Brasil e no mundo.

Para dar conta destes objetivos, orientamos nossa militância a:

*difundir amplamente as ideias contidas no documento *PT elegerá uma nova direção* (Página 13, edição 115), através das redes sociais, da mídia partidária e alternativa, bem como através do espaço que consigamos nos meios de comunicação de massa. Usar intensamente os meios de comunicação (da AE, partidários, democráticos e gerais) para informar, estimular o voto e dar orientação política aos quase 1,8 milhão de petistas que poderão exercer seu direito a votar no PED 2013;

*realizar reuniões abertas ao conjunto do PT, em todas as cidades, para debater com nossa base social e eleitoral, dialogando com todos os setores partidários, sem distinção, a respeito dos temas abordados nos materiais citados no parágrafo anterior;

*propor às tendências, aos agrupamentos e às lideranças da chamada esquerda petista a realização, durante o primeiro semestre de 2013, de atividades comuns, dentre elas a realização de um Encontro nacional da esquerda partidária, com o objetivo de unificar nossa atuação no PED;

*iniciar imediatamente o contato com os setores do Partido dispostos a formar uma chapa e uma candidatura para disputar o PT

em âmbito nacional. Neste contexto, apresentar a pré-candidatura de Valter Pomar à presidência nacional do PT;

*compor, em todos os zonais, municípios e estados do país, chapas, candidaturas e campanhas articuladas com nossa chapa/candidatura nacional.

*vigiar o cumprimento do regulamento do PED 2013 (ver a íntegra do regulamento no endereço www.pt.org.br). O diretório nacional do PT aprovou regras relativamente democráticas para o PED 2013, que podem reduzir as fraudes, o abuso do poder econômico e o voto sem debate prévio. Caso estas regras sejam cumpridas, em âmbito nacional, estadual e municipal, crescem as chances do PED ser um espaço de debate político;
*estimular o conjunto da militância petista a quitar suas contribuições financeiras e participar das atividades partidárias obrigatórias até 12/08/2013;

*atentar para o calendário de inscrição das chapas e candidaturas presidenciais ao PED: nacional 13/07/2013; estadual 12/08/2013; Municipal e zonal, 11/09/2013.

Caso cumpram os requisitos estatutários (ter um ano de filiação, ter participado de pelo menos uma atividade partidária registrada e ter pago suas contribuições), poderão participar do PED algo em torno de 1.800.000 filiados e filiadas. Isto inclui desde filiados ao PT em 1980, até recém-filiados. Inclui pessoas que participaram da resistência à ditadura militar, da oposição à transição conservadora e ao neoliberalismo, das grandes lutas sociais e políticas dos últimos 30 anos; até pessoas que são área de influência eleitoral de alguma liderança petista. Para atingir este eleitorado tão diversificado, é necessário construir uma abordagem também diversificada, que tenha como eixo o fortalecimento do PT como instrumento para transformação do Brasil, tendo como objetivo conquistar o apoio e o voto do conjunto dos filiados petistas, não apenas daqueles com maior experiência militante.

O PED é uma disputa nacional, portanto nossa política de alianças também deve ser nacional. Por outro lado, as realidades locais e regionais são muito distintas, seja a realidade partidária, seja a orientação política de cada tendência, seja a situação da própria Articulação de Esquerda. Para conciliar uma orientação nacional, com as realidades locais, adotaremos o seguinte procedimento: a) primeiro, a definição nacional de diretrizes; b) segundo, a discussão da política regional e local a luz das diretrizes nacionais; c) terceiro, a comunicação permanente e imediata das discrepâncias e ajustes; d) a disposição de decidir conjuntamente a política, nos termos do regimento interno da AE.

Nossa política de alianças opera em dois planos distintos: por um lado, temos abertura para discutir nossas idéias com todos os setores do Partido, com o objetivo de construir alianças de propósitos, pontos de identidade programáticos entre os que estaremos concorrendo no PED, independente de estarmos apoiando as mesmas chapas e candidaturas. Por outro lado, temos como objetivo constituir chapas e candidaturas a presidente com aqueles setores que compartilhem o núcleo fundamental de nossas formulações acerca do programa, da estratégia, da tática e da organização partidária. Em nenhum caso participaremos de chapas ou apoiaremos candidaturas que estejam em contradição com nossas orientações gerais nacionais para o PT, ainda que esta participação possa ser vantajosa do ponto de vista estritamente eleitoral (ou seja, em termos de espaço nos organismos dirigentes do Partido ou acordos para as eleições 2014).

Evidentemente, como regra geral, somos contrários a candidaturas e chapas únicas, pois o Partido é plural, e a luta de idéias é algo positivo. É muito estranho e inapropriado que no momento do PED, no qual os filiados são chamados a decidir, se promovam acordos por cima.

Para além das diferenças políticas existentes no Partido, as regras do PED (paridade de gênero, presença étnica e da juventude, listas pré-ordenadas, presença mínima nos estados, 0,1% de apoios para lançamento de candidaturas presidenciais) induzem todas as tendências partidárias a lançar chapa (e candidatura presidencial) própria, inclusive devido à dificuldade de definir antecipadamente a composição das listas.

Nosso objetivo é definir a nominata das chapas e as candidaturas presidenciais, em âmbito municipal, estadual e nacional, até os dias 30 e 31 de março de 2013, quando reuniremos a direção nacional da AE para uma avaliação do quadro.

Nos dias 31 de maio, 1 e 2 de junho de 2013, em São Paulo, uma plenária nacional da AE: a) aprovará a versão final do texto que submeteremos ao PED; b) analisará e fará eventuais correções na tática e na política de alianças nacional; c) analisará e julgará recursos a respeito das táticas e política de aliança nos estados; d) aprovará a nominata de nossa chapa ao Diretório Nacional; e) aprovará nossa candidatura à presidência nacional do PT. ★

Temos clara a importância de nosso desempenho na disputa de rumos do PT, no contexto geral da luta pelo socialismo no Brasil e no mundo.

Paraíba: apenas começamos

*David Soares de Souza**

As eleições 2012 na Paraíba apresentam como novidade os desempenhos político e eleitoral do PSB e do PT. PSDB e PMDB conseguem manter sua influência para cenários futuros.

Os tucanos chegaram ao segundo turno em João Pessoa, com a candidatura do senador Cícero Lucena e reconquistaram Campina Grande, após oito anos de PMDB, com o deputado federal Romero Rodrigues, primo do senador Cássio Cunha Lima e de seu vice Ronaldo Cunha Lima Filho.

O PMDB, apesar da derrota do ex-governador José Maranhão em João Pessoa, que ficou fora do segundo turno, e da derrota em segundo turno em Campina Grande para o PSDB, permanece como o partido vencedor no número de municípios – 58 no total – alcançando a maior votação com mais de 517 mil votos em todo o Estado.

O PSB a frente do governo da Paraíba em aliança conservadora com o PSD/DEM/PSDB, saiu vitorioso em 35 municípios, mas que somados não representam mais do 11,75% da população total do Estado. Ademais, nenhuma liderança eleitoral do PSB no interior tem vinculação ou trajetória de esquerda, sendo todas oriundas do PSDB ou do arco de influência da família Cunha Lima, tendo no senador Cássio Cunha Lima, e não no governador Ricardo Coutinho, sua maior referência.

Em João Pessoa, onde o PSB ganhou as eleições municipais já no primeiro turno em 2004 e em 2008, em 2012 a sua candidata Estela Bezerra ficou fora do segundo turno, obtendo cerca de 20% dos votos válidos. Embora fosse a mais desconhecida entre os candidatos mais competitivos, o nome do PSB era o que apresentava maior rejeição.

Um dos motivos para a acachapante derrota do PSB em João Pessoa, rejeitado por 80% dos eleitores, encontra-se na desaprovação ao governo Ricardo Coutinho que, eleito com discurso progressista em 2010, fez ressurgir em seu governo uma agenda neoliberal com arrocho fiscal, judicialização de greves, repressão a movimentos sociais, privatização e terceirização de serviços públicos.

Quanto ao PT dois aspectos são destacados. A estagnação do partido no interior do Estado e a vitória histórica do partido na capital João Pessoa.

Há quem se apresse em apresentar um balanço positivo. No entanto, saímos das urnas em 2008 com 6 prefeituras e permanecemos com o mesmo número em 2012. Estamos em 8º lugar no número de municípios governados, ficando atrás de PSC e PR, por exemplo.

O nosso desempenho (ver tabela 2) foi cerca da metade do DEM e do PSB e ainda menor se comparado ao do PSDB e do PMDB. O agravante é que, em algumas das seis cidades conquistadas pelo PT, há mais compromisso dos gestores eleitos com lideranças de outros partidos do que com a construção do PT.

Cabe ainda registrar a situação do PT em Campina Grande, segunda maior cidade do Estado. O presidente do Diretório Municipal daquela cidade, Alexandre Almeida, ex-assessor do Senador Vital do Rego (PMDB), defendia a candidatura própria no sentido de favorecer a candidatura do PMDB na cidade, isolando a candidata do PP, Daniella Ribeiro. Alexandre Almeida foi filiado ao PT em uma articulação política realizada pelo grupo do presidente Rodrigo Soares tendo em vista a disputa do PED 2009.

Cerca de 90% dos delegados ao Encontro Municipal do partido em Campina Grande defendia a aliança com o PP, cabendo ao PT a indicação do vice-prefeito, porém, Alexandre Almeida conseguiu na justiça, à revelia das instâncias partidárias, a consolidação de uma candidatura própria que terminou o primeiro turno com 1,17% dos votos.

Hoje em Campina Grande o PT não dispõe de nenhum vereador, está com a sede fechada e com a militância desmotivada, o que representa um grande prejuízo para o partido em todo o Estado.

Em João Pessoa, no entanto, tivemos uma vitória histórica. O melhor resultado do PT na capital tinha sido até então em 1992, quando chegamos ao segundo turno. A construção da candidatura própria não é fruto de nenhuma corrente interna isoladamente, mas do esforço coletivo de vários setores do partido.

Na verdade, se o PT não tivesse uma militância, forte e aguerrida, mobilizada desde 2011 no movimento "Agora é a vez do PT", não teríamos candidatura própria em João Pessoa. Setores também da CNB ligados ao PSB e hegemônicos no Diretório Municipal de João Pessoa, se empenharam ao máximo para evitar a candidatura própria do partido.

Sob a liderança do deputado estadual Luciano Cartaxo, que com muito diálogo construiu uma sólida unidade com quase todas as tendências do partido, apresentamos uma candidatura que tinha os menores índi-

**TABELA 2
COEFICIENTE DE DESEMPENHO DOS PARTIDOS**

PARTIDO	QUANTIDADE DE CIDADES QUE APRESENTARAM CANDIDATURAS PRÓPRIAS	QUANTIDADE DE CIDADES QUE CONQUISTARAM VITÓRIA ELEITORAL	COEFICENTE DE DESEMPENHO (%)
PMDB	102	58	56,86
PSB	79	35	44,30
PSDB	55	29	52,72
DEM	48	23	47,91
PSD	45	17	37,77
PTB	30	12	40,00
PR	28	12	42,85
PT	27	06	22,22
PSC	15	09	60,00
PP	11	04	36,36
PPS	10	03	30,00
PDT	10	03	30,00
PSL	09	02	22,22
PTdoB	07	04	57,14
PRB	07	02	28,57
PMN	06	02	33,33
PHS	05	01	20,00
PRP	02	01	50,00

Fonte: TRE-PB

TABELA 1 - RANKING DOS PARTIDOS POLÍTICOS POR PREFEITURAS CONQUISTADAS

RANKING	PARTIDO	PREFEITURAS CONQUISTADAS
1º	PMDB	58
2º	PSB	35
3º	PSDB	29
4º	DEM	23
5º	PSD	17
6º	PTB e PR	12
7º	PSC	09
8º	PT	06
9º	PP e PTdoB	04
10º	PDT e PPS	03
11º	PMN, PSL e PRB	02
12º	PHS e PRP	01

Fonte: TRE-PB

ces de rejeição e que dialogou com o anseio da cidade de crescer com sustentabilidade e inclusão social.

Recebemos o importante apoio de setores do PSB e do PPS que romperam pela esquerda com o governador Ricardo Coutinho e nos apoiaram ainda quando estávamos em terceiro lugar nas pesquisas. Tivemos uma campanha militante, que apresentou de fato uma alternativa política para a cidade. Graças a nossa vitória em João Pessoa, o PT será o partido a governar mais habitantes em todo o Estado. Governaremos 20,95% da população.

João Pessoa será a única capital do nordeste governada pelo PT a partir do próximo ano. A eleição de Luciano Cartaxo espalhou o orgulho de ser petista por toda a Paraíba e representa a vitória de uma política militante. Apenas começamos.★

***David Soares de Souza** é cientista social e assessor parlamentar. Militante petista, integra a Direção Estadual da Articulação de Esquerda/PB

TABELA 3
POPULAÇÃO GOVERNADA POR PARTIDOS VENCEDORES DAS ELEIÇÕES 2012

PARTIDOS	POPULAÇÃO GOVERNADA (EM MILHARES)
PT	789.132
PMDB	710.510
PSDB	653.017
PSB	442.780
DEM	191.995
PSD	190.632
PR	168.744
PRP	120.310
PSC	118.877
PTB	112.832
PPS	52.563
PTdoB	37.209
PRB	28.410
PP	27.401
PDT	22.098
PMN	21.428
PSL	17.764
PHS	13.576

Fontes: IBGE – Censo Demográfico de 2010 – População das cidades da PB

Recife: lições de uma derrota anunciada

*Mucio Magalhães**

O que não dá para esconder é que uma gestão tão ruim aos olhos do povo e muitos petistas, teve um papel determinante na derrota do PT recifense em 2012

Doze anos se passaram desde a primeira vitória do PT em Recife. Um êxito eleitoral e político, que desenhou novas perspectivas para o campo democrático e popular, naquela altura atravessando dificuldades devido as seguidas derrotas em Pernambuco e no Brasil. As duas primeiras administrações petistas abriram um ciclo virtuoso, de crescimento da influência do PT na sociedade. Reelegeu o prefeito em 2004, alcançou altos índices de preferência para governar o estado em 2006, e venceu a terceira eleição para a prefeitura em 2008.

As dificuldades começam na terceira gestão e se aprofundam com a fragorosa derrota política e eleitoral que o partido amargou na quarta disputa pela prefeitura do Recife. Muita gente ainda se pergunta como é que se chegou a níveis tão baixos de aprovação popular nesta administração. Este certamente é um debate que vai render muita polêmica dentro e fora do PT. O que não dá para esconder é que uma gestão tão ruim aos olhos do povo e muitos petistas, teve um papel determinante na derrota do PT em 2012.

Além da avaliação negativa da gestão, contribuíram outros fatores para chegar a este resultado. O debate sobre o candidato a prefeito em 2012 foi mal feito, atravessado por falsas polêmicas, a exemplo da existência do “direito natural” do atual prefeito à reeleição. A prévia, recheada de acusações de fraudes e pela inédita judicialização de uma disputa interna do PT que terminou anulada, a atitude de Mauricio Rands, que aceitou retirar o nome a favor de Humberto depois de uma conversa com Rui Falcão, mas depois saiu do PT. A mobilização dos simpatizantes do prefeito pela manutenção do seu nome, feita com atos públicos e acusações transmitidas pelos jornais e por toda mídia contra o “golpismo da Executiva Nacional” desgastaram cada vez mais o partido.

Parecia que a saída estava na tradição partidária de resolver as disputas nas instâncias superiores. O Diretório Nacional fez o debate e confirmou Humberto Costa candidato a prefeito. Os apoiadores do prefeito organizaram o apoio político ao adversário do PSB, atacaram com críticas públicas o PT e sua chapa, formada por Humberto e João Paulo.

Mais: candidatos proporcionais fizeram propaganda conjunta com o candidato do PSB, e muita denúncia de perseguição a quem dentro da prefeitura ousasse defender a chapa do PT. Dissidência foi o ingrediente final desta receita indigesta!

Sofremos uma derrota política e eleitoral, por não conseguir vencer ao final a somatória da maioria da frente popular comandada pelo governador, mais uma grande parte do próprio PT, fechando o ciclo aberto em 2000 e inaugurando um novo período de grandes dificuldades a serem enfrentadas por um partido apeado do governo municipal.

Os novos desafios já se anunciam. O governador faz movimentos para testar a viabilidade do seu nome para presidente em 2014. Os que fizeram a campanha do PSB se aliaram a um dos grupos da CNB e fizeram maioria no DM Recife e aprovaram a participação no governo municipal.O PSB premiou os dissidentes com a Secretaria de Habitação, para a qual foi convidado um filiado da confiança do ex-prefeito. Mais de 22.000 novas fichas de filiados teriam sido entregues no DM do PT Recife, o PED 2013 está na pauta e a temperatura continua alta.

Para os que fizemos a campanha do partido, a exemplo da AE que manteve sua prática de defesa e construção partidária, a hora é de apostar na organização, botar a política no comando e buscar alianças internas para somar forças na defesa do PT. Existe um legado a preservar e caminhos a serem construídos para recolocar o PT como alternativa de militância e governo para amplos setores sociais. Mãos a obra!★

***Mucio Magalhães** é membro da Direção Nacional da AE

Bahia: vitória eleitoral e derrota política

*Ubiratan Félix**

Do ponto vista quantitativo, a base aliada do governo Wagner ganhou a eleição em 90% dos municípios baianos, sendo que o PT foi o partido mais votado e que conquistou o maior maior número de prefeituras, seguido do PSD, sigla liderada na Bahia pelo vice-governador Oto Alencar.

A oposição, composta na Bahia pelo DEM, PSDB e PMDB, ganhou as demais prefeituras, sendo que as cidades mais importantes do ponto vista político e eleitoral foram conquistadas pelo DEM: Salvador e Feira de Santana.

O PT perdeu cidades importantes que governava desde 2009, como Irecê, Senhor do Bonfim e Lauro Freitas. Mas manteve uma cidade fundamental, Vitória da Conquista: ao fim de 2016, serão vinte anos sob administração petista.

A derrota em Salvador foi emblemática, pois desde 1996 o PT tenta conquistar o governo da cidade, sendo que em todas as tentativas ficou em segundo lugar, com exceção de 2004, quando disputaram o segundo turno o ex-governador e então carlista Cesar Borges e o atual prefeito João Henrique. Nestes pleitos, o PT apresentou por quatro vezes o nome do deputado federal Nelson Pelegrino e uma única vez o nome do atual senador Walter Pinheiro em 2008.

A aliança montada pelo governador Jacques Wagner reuniu no primeiro turno quinze partidos, entre eles o PSD do atual vice-governador e ex-carlista Oto Alencar e o PR do atual vice-presidente do Banco Brasil, ex-senador e ex-carlista Cesar Borges, sendo que no segundo turno o candidato do PT Nelson Pelegrino teve apoio do candidato do PRB, deputado Marcio Marinho, e do candidato do PMDB Mario Kertersz, ex-prefeito de Salvador e ex-carlista.

Foi a maior aliança montada em torno de um candidato do PT, em todo o histórico de disputas eleitorais do partido na Bahia, mas mesmo com este amplo arco de alianças e contando com um programa de televisão com o triplo do tempo dos adversários e com a diluição do conteúdo ideológico do programa democrático e popular, não foi desta vez que conquistamos a Prefeitura de Salvador.

Do nosso ponto de vista, o desgaste do governo do Estado com a prolongada greve dos professores e o relacionamento conturbado do governo federal estadual com categorias importantes dos servidores públicos, teve como consequência o afastamento dos setores médios da candidatura do PT, base social histórica do partido em Salvador.

A campanha de Pelegrino optou por atrair os setores populares e a "nova classe média lulista", usando como argumento principal e de forma despolitizada a necessidade de alinhar os governos municipal, estadual e federal. Este discurso, além de não convencer a população, desagradou a classe média e o chamado voto de opinião, pois era mesmo o discurso utilizado por Antônio Carlos Magalhães (o avô) quando este era o grande chefe político da Bahia.

O ACM Neto combateu este discurso utilizando inicialmente a tese de que Salvador precisava de um prefeito competente e avesso a "politicagem" e, no segundo momento, que o prefeito de Salvador precisava de bons projetos e de liderança para conseguir os recursos no plano federal, construindo uma imagem de autonomista em relação aos governos e de gestor técnico, em detrimento da "politicagem" sustentada pelo PT. O inusitado é que ACM Neto deslocou da base eleitoral do PT os setores médios e avançou e consolidou o voto no povão.

A sensação pós-processo eleitoral é de que o PT e o governo foram derrotados, apesar dos números de prefeituras desmentirem esta tese e de o PT, apesar de ter perdido a eleição, nunca ter sido tão votado na capital. O fato real é que o Democratas irá administrar uma população em torno de 4 milhões e 200 mil baianos no estado, cuja população total é de 14 milhões de habitantes, ampliando a sua importância eleitoral e política na Bahia, na contramão do que ocorre com este partido a nível nacional.

Uma grande novidade foi a eleição, pela primeira vez em Salvador, de um vereador do PSOL, que foi o terceiro mais votado da cidade, ultrapassando nomes conhecidos como o do ex-governador da Bahia Waldir Pires e do ex-prefeito e do atual vice-prefeito Edvaldo Brito. A partir desta eleição existe uma grande possibilidade do PSOL ser o caudatário do voto de esquerda de Salvador. Além disto, foi marcante a votação do líder do movimento da greve dos policiais em fevereiro de 2012, o soldado Prisco, como caudatário do voto de protesto, despolitizado e conservador de uma parcela considerável dos servidores públicos, concentrado nos praças e subalternos da Policia Militar do Estado da Bahia. ★

***Ubiratan Félix** é Presidente do SENGE-BA e militante do PT em Salvador

10ª Jornada Nacional de Formação Política da AE

*Licio Lobo**

A Articulação de Esquerda vai realizar a sua 10ª jornada nacional de formação politica na cidade do Rio de Janeiro, no período de 26 de janeiro a 3 de fevereiro de 2013.

A atividade, parte do processo de formação politica da tendência, é aberta à militância petista interessada.

Todas as informações necessárias à inscrição podem ser encontradas no sítio do jornal Página 13 (www.pagina13.org.br), bem como as orientações para pagamento da taxa de inscrição no valor de R$ 765,00, referentes ao material, hospedagem e alimentação durante todo o período da jornada, que será realizada no Centro de Acolhida Assunção, localizado no bairro de Santa Tereza, na capital carioca.

Em especial nesta 10ª jornada de formação, viveremos a circunstância de iniciarmos o ano debatendo os desafi os da AE para sua intervenção no PED 2013 do PT, que certamente será decisivo para um balanço geral da atuação do PT nos últimos anos e para o traçado das perspectivas futuras do nosso partido na luta de classes do Brasil, que tende a se acirrar mais e mais.

Deste ponto de vista, aprofundar a nossa elaboração é central se queremos contribuir para o enfrentamento dos problemas teóricos e políticos que são de todo PT, formando quadros para intervir de forma qualifi cada neste debate e na luta concreta da classe trabalhadora, em suas diversas expressões.

Assim, é importante que as cidades e estados se mobilizem para viabilizar o envio do máximo possível de militantes para a 10ª jornada de formação. ★

***Licio Lobo** é membro da DNAE, responsável pela Escola de Quadros da AE

Um caminhar sem direção

*Jorge Werley**

As eleições de 2012 em Rondônia tiveram resultados contraditórios. Dos 52 municípios do estado, elegemos vereadores em 37, seis prefeitos e seis vice-prefeitos. O total de vereadores chega a 57 companheiros e companheiras. Contrasta com isso a fragorosa derrota na capital Porto Velho, onde nossa candidatura ficou em quinto lugar, com apenas 12 % dos votos, isso depois de oito anos à frente do executivo municipal. O que explica esse pífio desempenho? Para tentar entender vamos fazer uma viagem no tempo.

Em 2004 elegemos o psicólogo Roberto Sobrinho prefeito de Porto Velho. O município contava com 375 mil habitantes e nestes oito anos a população residente aumentou para 445 mil. Duas grandes obras do PAC iniciaram e estão sendo finalizadas no Rio Madeira, entorno da cidade: duas grandes usinas hidrelétricas.

Cerca de 25 mil operários lotam dezenas de ônibus, todos os dias, indo e vindo. A BR 364, que liga toda a Amazônia Ocidental com o resto do Brasil, passa por dentro da cidade e por esta rodovia é escoada a produção de soja do norte do Mato Grosso: dezenas e às vezes centenas de carretas invadem o trânsito urbano para atingir o porto fluvial.

A falta de estrutura viária e o crescimento desordenado foi o principal problema que o prefeito Sobrinho teve que enfrentar. Viadutos dispostos ao longo do trecho urbano da rodovia, de mitigadores do problema, acabaram se tornando símbolos de inabilidade administrativa e gerencial. Estão até agora como monumentais e bem localizadas obras inacabadas, piorando o que já era muito ruim, o trânsito urbano.

Outras áreas administradas por secretários indicados por partidos coligados, como saúde, serviços públicos e a empresa de desenvolvimento urbano, se viram envolvidas com denúncias que municiaram o principal partido de oposição: a imprensa. O próprio prefeito chegaria a ser acusado por corrupção e formação de quadrilha.

Chegado o momento de escolher o candidato a sucessão, não havia nome de consenso. Aquele que talvez fosse o candidato consensual, o ex-deputado federal Eduardo Valverde, morreu num acidente automobilístico em 2011. A ex-senadora Fátima Cleide, nome mais conhecido pelo eleitorado, não conseguia emplacar seu nome sem antes passar pelas prévias. O prefeito não escondia sua predileção pelo nome da deputada estadual Epifânia Barbosa, presidente estadual do PT.

Porém, em novembro de 2011 a Polícia Federal desencadeou a "Operação Termópilas" contra uma quadrilha que fraudava licitações em contratos com o Governo do Estado, tendo como principal suspeito o presidente da Assembleia Legislativa, Valter Araújo, do PTB. Na investigação a Polícia Federal obteve provas de pagamento de suborno para a deputada Epifânia e isso liquidou a pretensão do prefeito Sobrinho de indicá-la. Nas prévias concorreram dois secretários, Cláudio Carvalho e Miriam Saldanha, a ex-senadora Fátima Cleide e mais José Neumar, militante da AE. Houve segundo turno, onde Fátima venceu Cláudio.

A campanha não entusiasmou. Ao fim colhemos apenas 29.564 votos, quando na majoritária de 2010 obtivemos 50.281 na capital. Por certo que a capacidade mobilizadora do prefeito fez falta. Também não se pode negar que a fama de tocador de obras inacabadas nos prejudicou. As denuncias de corrupção também contribuíram. Sem desconsiderar também a forte rejeição de Fátima entre o eleitorado evangélico, face às suas corajosas e corretas posições anti-homofóbicas no Senado. Enfim, estes e tantos outros fatos contribuíram para o resultado nestas eleições em Porto Velho.

De tudo, porém, o pior foi a falta de um corpo diretivo que realmente dirigisse o partido. Desde a morte de Eduardo Valverde, o partido tem estado à deriva. No municipal esperava-se que o Prefeito dirigisse o partido, mas este tinha suas próprias responsabilidades no executivo. Ora, como disse o poeta Sêneca, "nenhum vento é favorável àquele velejador que não sabe aonde quer chegar". Em 2013 teremos PED: escolher bem para não lamentar depois! ★

***Jorge Werley** é economista do Incra e dirigente municipal da AE em Porto Velho

E agora, São José?

*Gino Genaro**

O Partido dos Trabalhadores reconquistou a Prefeitura de São José dos Campos, uma das maiores cidades do estado de São Paulo, após 16 anos de sucessivas administrações do PSDB. Antes disso o PT já havia governado a cidade, no período 1993-96, com Angela Guadagnin. Nas eleições de outubro de 2012, Carlinhos Almeida (PT) venceu no primeiro turno, com cerca de 51% dos votos válidos.

Neste curto período entre as eleições municipais e a posse dos prefeitos eleitos, em 1º de janeiro de 2013, é quando ocorrem as articulações para a montagem da equipe que comporá a nova administração, especialmente no que diz respeito aos cargos de primeiro escalão, como as secretarias e assessorias especiais com status de secretaria. Trata-se de um momento importante, cujos resultados poderão determinar o sucesso ou o prenúncio de grandes dificuldades no decorrer do mandato que se inicia.

No caso de São José, estas primeiras movimentações já começam a levantar algumas preocupações. A primeira delas diz respeito à política de alianças implementada antes, mas principalmente após as eleições, com a definição dos partidos que comporão o primeiro escalão do governo. Dos 27 cargos existentes, o prefeito eleito indicou até o momento 23, dos quais 11 são petistas. Não bastasse o amplo leque de alianças conformado para a disputa da eleição, que incluiu partidos de centro e até de direita, como PMDB, PR, PRB e PSC, nas articulações para a composição do governo ainda foram incorporados novos "aliados", como PP e até DEM, que até então ocupavam cargos na administração tucana. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico será ocupada por um coronel aviador da FAB escolhido a partir de uma lista tríplice indicada pelo empresariado local.

Outro aspecto que preocupa diz respeito ao papel que o PT irá desempenhar na nova administração. A julgar pela fraca participação da direção partidária na condução da campanha eleitoral e pela não participação da mesma nas articulações para a composição do governo, tudo indica que o partido não terá a autonomia necessária para contribuir de maneira efetiva com o governo. Basta ressaltar que a primeira reunião do Diretório Municipal do PT desde as eleições de outubro aconteceu justamente no dia seguinte à coletiva de imprensa em que o prefeito eleito divulgou os nomes que comporão sua equipe de governo.

Por fim, no que diz respeito às articulações para a disputa da Presidência do legislativo municipal, a situação não é muito diferente. Com o objetivo de angariar apoio para se eleger presidenta com a unanimidade dos votos, Amélia Naomi (PT) já anunciou a intenção de ceder cargos na mesa-diretora inclusive aos partidos de oposição, como PP, DEM e o próprio PSDB.

O que a experiência tem mostrado é que alianças amplas e de baixo perfil programático e ideológico mais cedo ou mais tarde revelam suas contradições, trazendo grandes dificuldades ou mesmo inviabilizando a implantação do programa de governo do PT. Os cem primeiros dias da nova administração serão um bom termômetro para se avaliar todas estas possibilidades.★

***Gino Genaro** é servidor do Inpe e secretário de Formação Sindical do SindCT

Identidade e emancipação

*Melissa Ramos**

A juventude precisa ter espaços para se manifestar de forma livre e autônoma

Sabemos que existem diversos conceitos e entendimentos ligados ao termo cultura, especialmente por se tratar de uma rede complexa de aprendizagens, sentidos e significados subjetivos e objetivos, sendo refletidos na forma de se expressar de um povo ou parte dele, englobando desde costumes, maneiras de agir e pensar, até o modo como isso é traduzido e passado, sobretudo através da educação e dos meios de comunicação, de modo a disseminar esses saberes.

Porém, essa disseminação cultural não acontece de maneira democrática e livre de interesses. O que percebemos é a existência de uma forte disputa em torno da interpretação do conteúdo que está sendo difundido, baseado em motivações políticas e econômicas que mostram as diferentes ideologias de parcelas antagônicas da sociedade.

Dessa forma, a cultura imposta como hegemônica na nossa sociedade se tornou estratégia do sistema dominante em que estamos inseridos para manter o status quo, a padronização e a domesticação da população.

Acreditamos que nosso desafio é conseguir entortar a vara para o outro lado, de modo a dar voz e vez à maioria da população que não é representada nos grandes meios de comunicação, resgatando e valorizando suas visões de mundo.

E a juventude onde entra nisso?

As juventudes, ao seu modo de ser e na sua pluralidade, acabam por vivenciar um conflito entre seu potencial criativo e os bloqueios da cultura dominante, justamente em um momento da vida em que as descobertas e experiências ocorrem de modo mais intenso, levando a grandes decisões e escolhas. Nesse sentido, a cultura e a juventude se relacionam na tentativa de criar formas de expressão em busca de reconhecimento dentro da sociedade.

O poder hegemônico, por sua vez, lida com essa heterogeneidade impondo uma série de barreiras e limitações em diversas expressões culturais periféricas aos seus interesses. Assim, tornam a juventude apenas em agentes passivos que são fortemente influenciados a absorver e aceitar uma cultura imposta.

Inverno Cultural, festival de arte promovido pela UFSJ (Universidade Federal de São João Del-Rei)

A juventude precisa ter espaços para se manifestar de forma livre e autônoma, e ser estimulada a isso, bem como ter acesso a diferentes formas e locais de cultura. As Universidades, por seu caráter plural, instigador, provocador, tornam-se um local fértil para isso.

No entanto, as Universidades estão em disputa. Ao mesmo tempo em que são espaço rico para a produção cultural, também são um centro onde se reproduz e se reforçam relações de poder, desigualdades e a cultura de massas única. Por isto, o movimento estudantil deve encampar com prioridade a luta por espaços de construção de uma cultura popular libertadora, onde os estudantes são protagonistas e agentes e não reprodutores passivos da cultura única.

O movimento estudantil deve exigir que as Universidades reconheçam e valorizem não só as manifestações culturais das estudantes, como também da região em que a Universidade está inserida, integrando essas realidades numa troca de saberes e na construção de uma identidade coletiva e popular.

Nesse sentido, os encontros estudantis e as entidades representativas dos estudantes, como a UNE, devem estabelecer políticas culturais que resgatem a história e a identidade cultural regional e nacional, atreladas a uma postura problematizadora, crítica e reflexiva, comprometida com a promoção cultural não como entretenimento, mas como possibilidade de reconhecimento do papel histórico e social do povo brasileiro.

Para tanto, se faz necessário e urgente romper a parceria da UNE com o grande empresariado produtor da cultura de massa opressora, dominadora, machista, racista, homofóbica, pouco reflexiva e nada libertadora.

A UNE deve pautar suas ações culturais por: luta pela democratização e regulamentação dos meios de comunicação; fim da parceria UNE e Rede Globo; combate à prática cultural voltada só para o comércio; combate às práticas culturais machistas, racistas, homofóbicas e opressoras de modo geral; fomentar debates e eventos que criem condições para o processo de fortalecimento de consciência política, através da cultura, divulgando nos espaços de comunicação da entidade; pressionar as Universidades a ter disciplinas obrigatórias referentes à história e cultura africana, afro-brasileira e indígena; fortalecer a promoção da cultura popular; luta pelo passe livre e meia-entrada estudantil não só para estudantes, mas para toda juventude; combater, com independência, as medidas do Governo que vão contra essa política cultural libertadora, propondo algo em contrapartida.★

***Melissa Ramos** é estudante de Ciências Sociais na UFV

Todas as formas de violência

*Raquel Esteves**

A Convenção de Belém do Pará (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994), define a violência contra a mulher como "qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada". O dia 25 de novembro é o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. Vários atos e campanhas são realizados para dar visibilidade à violência doméstica e familiar, um problema social e de saúde pública, já que muitas mulheres necessitam de atendimento do SUS em função das agressões físicas e sexuais.

Para as gestões municipais, estaduais e federal, o enfrentamento a violência doméstica contra as mulheres tem que ser diário. O 25 de novembro é todo dia! São necessários serviços que funcionem em rede de fato e dialoguem ente si, pois a assistência à mulher em situação de violência deve ser multidisciplinar e abranger atendimentos/acompanhamentos de aspectos que envolvem o psicológico, jurídico, saúde, assistência social, entre outros a depender da especificidade de cada caso e suas demandas.

É necessário fortalecer e ampliar as políticas públicas existentes para que todas as mulheres em situação de violência tenham acesso quando delas demandarem.

Temos avanços, valorizamos as conquistas, sobretudo a Lei Maria da Penha, mas é preciso mais. É necessário orçamento específico e mais investimento nas políticas para as mulheres, nas três esferas de governo, para garantirmos a plena aplicabilidade da Lei. Uma legislação para ser operacionalizada precisa de ações conjuntas.

Para a efetiva aplicabilidade da lei, a rede deve estar bem estruturada para funcionar. Infelizmente em muitos casos não é esta a realidade e é aí que esta a fragilidade para muitas mulheres que necessitam da proteção da Lei.

A fragilidade das políticas é fator determinante para que a mulher permaneça no ciclo da violência, pois a situação não estará resolvida apenas com uma queixa. A queixa é o primeiro passo. A mulher necessita de amparo e segurança para prosseguir, romper com o ciclo da violência e recomeçar uma vida livre da violência.

Para alcançarmos este objetivo, as políticas de promoção da igualdade de gênero e de enfrentamento à violência contra a mulher devem ser amplamente implementadas em todo País, uma vez que não existe cidade ou município livre da violência contra a mulher.

Vivemos em uma sociedade em que o machismo é estruturante em suas relações e no modo como os fatos são analisados, a dívida da sociedade com as mulheres é histórica.

A desconstrução desta cultura é fundamental para o estabelecimento das condições necessárias que garantam a autonomia das mulheres sobre seu corpo, sua vida e sua plena cidadania.

Para tanto, precisamos defender o Estado laico e a reforma política. As mulheres que nos representam na Câmara Federal e no Senado Federal precisam defender nossas pautas nestes espaços. O nosso Partido precisa trazer este assunto para sua pauta interna e externa, reconhecendo que a garantia e proteção dos direitos das mulheres é essencial para a sociedade que buscamos com equidade real entre mulheres e homens.

O debate do aborto precisa ser enfrentado. Não podemos permitir que seja usado de forma pejorativa e que seja o "coringa" da direita conservadora no período eleitoral. A esquerda brasileira não pode se eximir disto. Não pode permitir que este assunto seja apenas pauta eleitoreira e nossos candidatos e candidatas limitem-se apenas a dizer que são contra para garantir os votos. Enquanto isso as mulheres principalmente as pobres e negras estão morrendo por causa de abortos inseguros.

A principal razão para a legalização é a vida das mulheres. A negação da autonomia das mulheres em decidir sobre suas vidas e seu corpo, a criminalização do aborto também é violência de gênero.

Até que isto aconteça, esta feminista e tantas outras companheiras permanecerão lutando por todas nós, pela eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres. ★

***Raquel Esteves** é dirigente nacional da AE

Precisamos defender o Estado laico e a reforma política. As mulheres que nos representam na Câmara Federal e no Senado Federal precisam defender nossas pautas nestes espaços

O Brasil assumiu recentemente o vergonhoso posto de maior consumidor de pesticidas do planeta

Por uma produção agrícola sustentável

*Geraldo Vitor de Abreu**

O Brasil assumiu recentemente o vergonhoso posto de maior consumidor de pesticidas do planeta. Esta escalada está associada principalmente ao modelo da agroindústria, que aposta na monocultura para a produção das commodites agrícolas, modelo este que baseia-se em uma agricultura químico-dependente e consome 19% dos pesticidas produzidos no mundo.

Chegamos a este estágio de consumo por uma somatória de razões. A primeira por sermos um dos maiores produtores agrícolas do mundo. A segunda tem origem nas sementes híbridas produzidas por multinacionais e aos transgênicos que são feitos para dependerem do uso destes pesticidas, sendo que, para dar a produtividade que se espera, demandam a aplicação ostensiva de grandes quantidades destes produtos. A terceira razão é que, com o uso prolongado, as pragas se tornam mais resistentes, gerando uma dependência espiral ascendente.

No Brasil, usamos pesticidas que foram proibidos há mais de trinta anos na União Europeia, Estados Unidos e Canadá. Aqui são permitimos a aplicação destes pesticidas por avião, próximo de casas, animais, nascentes de rios e córregos.

O que são estes pesticidas

A partir de meados do século XX, diversas substâncias químicas, de ordem básica, foram criadas para uso e matança dos insetos, roedores e de outros organismos que são descritos como "pestes" ou "pragas". Atualmente as indústrias produtoras destes pesticidas constituem-se num monopólio multinacional dominado por poucas marcas; e os pesticidas são aplicados quase universalmente em fazendas, jardins, florestas e residências.

São substâncias químicas com poder para matar toda espécie de insetos, tantos os "bons" como os "maus"... Têm poder tanto para silenciar o canto dos pássaros e deter o pulo dos peixes na correnteza, quanto para revestir as folhas das plantas com uma película mortal e para perdurar, embebidas no solo.

Os efeitos da aplicação destes pesticidas sobre o solo são capazes de eliminar boa parte da vida e das espécies presentes no campo. Sabe-se que a interrupção do ciclo natural de reprodução da vida traz consequências drásticas à biodiversidade.

Por que rejeitar este padrão de produção

Porque a manutenção desta guerra sem tréguas contra a vida nos levará fatalmente à destruição da biodiversidade, comprometendo desta forma a produção de alimentos e as condições para a sobrevivência humana.

Porque durante o ano de 2011, o gasto com pesticidas no Brasil chegou a 14 bilhões de reais. Certamente, as multinacionais que produzem estes produtos comemoram estes números. Contudo, esse gasto aumenta e muito os custos de produção dificultando a atividade produtiva do pequeno produtor.

Porque ele leva à concentração de terras em latifúndios que impedem uma reforma agrária inclusiva, aumentando a população urbana e expulsando o homem do campo.

Porque os efeitos para o ser humano, até o ponto em que já são conhecidos, demonstraram ser altamente destruidores. Para além desses, encontra-se a perspectiva ainda mais avassaladora dos danos que só podem ser detectados no fim de longos anos e dos possíveis efeitos genéticos que não podem ser conhecidos durante gerações.

Porque temos alternativas a este modelo, por meio de desenvolvimento de sistemas que associam árvores, campos de cultivo e animais. Por exemplo, a técnica agrosilvopastoril consegue, simultaneamente, conservar os recursos naturais, aumentar a produtividade agrícola e pecuária, fixar o homem no campo e melhorar a qualidade da vida e do ambiente. Outra técnica é a agroecologia, que integra a ciência aos saberes populares da agricultura familiar e das comunidades tradicionais para o desenvolvimento de uma agricultura socialmente justa, ecologicamente sustentável e economicamente viável.★

***Geraldo Vitor de Abreu** é membro do DNPT e da SMAD

VER-SUS: conhecer, intervir, transformar

Alex Monaiar e Liamara Ubessi***

Com o VER-SUS, espera-se a criação de novas relações de compromisso e de cooperação entre estudantes, gestores da saúde, instituições de ensino superior e movimentos sociais

Com que realidade dialogamos em nossa formação universitária? Através de que "lente" nos é mostrado o mundo, suas potências e seus problemas? Demandas de quem definem os problemas e/ou constroem as potências? O que está mais próximo do ensino e da vivência universitária? A comunidade mais próxima ou a empresa mais próspera?

O conhecimento da realidade em que vamos atuar deve ser trabalhado junto com aqueles que historicamente lutam pela garantia de direitos e sofrem diretamente os problemas que estudamos ou só ouvimos falar. A lente que vê mercadorias ao invés de direitos nunca será a mesma que vê as injustiças e a liberdade.

Os estágios de vivência surgem como uma forma de colocar os estudantes em contato com essa realidade da saúde, da educação e da sociedade, da qual só se ouve ou se fala, mas pouco se experimenta. Construídos pelo movimento estudantil articulado com outros movimentos sociais, é por esse viés que se percebe e trabalha a realidade. De caráter interdisciplinar, estudantes de diversas áreas trocam saberes e olhares buscando compreender qual a função do Estado, da Universidade e seu papel frente à realidade e aos problemas sociais com que se deparam. Ao mesmo tempo em que são formados também formam, pois "quem aprende ensina ao aprender e quem ensina aprende ao ensinar" (Paulo Freire).

Com a proposta de ser um contraponto à educação tradicional em saúde, fragmentada e distante da realidade da população e do SUS, o VER-SUS (Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde) foi retomado em setembro de 2011, e já nos primeiros meses de 2012 aconteceram dezenas de vivências pelo Brasil, só no Rio Grande do Sul aconteceram mais de dez, totalizando uma média de duzentos estudantes envolvidos no Estado.

Com o VER-SUS, espera-se a criação de novas relações de compromisso e de cooperação entre estudantes, gestores da saúde, instituições de ensino superior e movimentos sociais, para efetivar a integralidade em saúde e a educação significativa de profissionais comprometidos com as necessárias mudanças no SUS e na sociedade.

Uma aposta do Governo Federal, do Ministério da Saúde estudantes envolvidos, o investimento e apoio aos VER-SUS só tende a crescer nos próximos semestres. E do mesmo modo que a Universidade está em disputa, o caráter dos estágios vivências também está. Cabe a nós, estudantes e trabalhadores comprometidos com as lutas do povo e suas bandeiras históricas defendermos um estágio de vivência que coloque os estudantes de fato em contato com as contradições da sociedade capitalista em que vivemos. Para isso é essencial que a construção dos estágios se deem juntamente aos movimentos sociais ao invés de, somente, ao Ministério da Saúde, gestores e professores.

Precisamos discutir saúde e nossa formação para além do processo saúde-doença. Pois saúde é ter acesso a alimentos sem agrotóxicos, é ter condições dignas de trabalho, é ter educação voltada para transformar sua realidade, é ter acesso à cultura, esporte, lazer e demais direitos.

Os estágios de vivências no SUS propiciam aos estudantes um outro espaço de aprendizagem e um outro modo de exercício da educação permanente em saúde. O trabalho na saúde é entendido como dispositivo educativo e espaço para desenvolver processos de luta dos setores no campo da saúde, possibilitando a formação de profissionais comprometidos ética e politicamente com as necessidades de saúde da população. Empoderando usuários e estudantes à participação nos espaços de controle social existentes e geralmente pouco conhecidos, como Conselhos e Conferências de Saúde, do nível municipal ao nacional, e também da Comissão de Integração Ensino-Serviço (CIES) nas Coordenadorias Regionais de Saúde.

Para organizar e trazer o VER-SUS até seu município é importante o protagonismo estudantil, para se articular com as instituições de ensino, gestores e principalmente movimentos sociais. A Vivência pode ser financiada pelo Ministério da Saúde, pelo Departamento de Atenção Básica, como política de governo, via Rede Unida e/ou com recurso da Politica Nacional de Educação Permanente em Saúde, pelas CIEs regionais e estadual com aval do Conselho Estadual de Saúde e Comissão Intergestores Bipartite.★

***Alex Monaiar** é estudante de Psicologia e coordenador do DCE-UFSM.

****Liamara Ubessi** é estudante de Enfermagem e integrante do Coletivo Social de Mudanças em Saúde (COSMUS)

Convocado o Quinto Congresso

O Diretório Nacional, reunido dia 8 de dezembro, decidiu convocar para fevereiro de 2014 o Quinto Congresso petista. Abaixo, publicarmos os parágrafos finais da convocatória congressual, cuja íntegra pode ser lida em **www.pagina13.org.br**

O debate dos documentos que venham a ser produzidos para o 5º. Congresso, a partir de uma pauta que reflita as preocupações até aqui apontadas, e outras que sejam suscitadas, deve se fazer de cara à sociedade brasileira. O fato de ser um Congresso partidário – de uma parte do país, portanto – não pode permitir que se erga uma muralha entre o PT e o conjunto da sociedade brasileira. O partido encontrará os meios de fazer com que nossos debates internos — em meio ao Processo de Eleição Direta (PED) de nossas direções — sejam permeados pelas vozes da sociedade que nos têm acompanhado há décadas, apoiando-nos ou exercendo a crítica construtiva de nossas ideias e ações.

O Congresso deverá dedicar um espaço importante para analisar a situação e as perspectivas do Partido dos Trabalhadores. Impõe-se não só a realização de um profundo balanço de nossa trajetória, como um movimento que fortaleça nossas definições programáticas e nossa capacidade de intervenção na conjuntura. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que obtinha sucessivas vitórias eleitorais e realizava importantes reformas em nossa economia e sociedade, o PT perdeu densidade programática e capacidade de mobilização sobre setores que nos acompanharam nos primeiros anos de nossa existência. O debate interno está rarefeito. Sofremos um processo de burocratização e assistimos a um debilitamento de nossas instâncias coletivas de direção. Importantes conquistas democráticas de nossa vida partidária – como o direito de tendências ou a participação de mulheres nas direções – ainda convivem com sinais de perda de vitalidade de nossa vida interna. Muitos "setoriais" estão afastados das problemáticas e dinâmicas reais dos segmentos que pretendem representar. A despeito da imagem altamente positiva que nossos Governos e nosso Partido têm no mundo, ainda não ocorreu um efetivo movimento de internacionalização do PT, absolutamente necessário neste momento de profunda crise que atravessa a economia mundial e, com ela, a política e as ideias de esquerda. Esse movimento deve comprometer o conjunto do Partido.

A dissolução da União Soviética e do chamado "campo socialista", a deriva da Socialdemocracia, os rumos seguidos pela República Popular da China, para só citar alguns fenômenos maiores das últimas décadas, lançaram uma profunda incerteza sobre o ideário socialista. Nascido nos anos em que essa crise começou a se fazer mais evidente e herdeiro de tradições democráticas e libertárias, o PT resistiu aos descaminhos desses projetos socialistas, não sendo constrangido pela aparentemente irresistível ascensão do neoliberalismo ou pelo proclamado "fim da História". Ao contrário, fizemos a História andar em nosso país. Mas, ainda que tenhamos dado respostas práticas e alternativas aos desafios do presente, não fomos capazes de construir nem mesmo um esboço de um novo e abrangente ideário de esquerda – socialista e democrático – que pudesse abrir perspectivas àqueles que sofrem a orfandade de uma generosa utopia, sobretudo naquelas partes do mundo onde a crise econômica e social ceifa esperanças; onde a política é substituída por arranjos tecnocráticos, que produzem desilusão e impotência. Dar, pelo menos, alguns passos para reinstaurar o socialismo como horizonte político, ajudar a reconstruir uma cultura política de esquerda, aí estão tarefas a que devemos nos dedicar em nosso Congresso.★